

ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E POTENCIALIDADES PARA
A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

ACCESSIBILITY IN HIGHER EDUCATION: CHALLENGES AND OPPORTUNITIES
FOR THE INCLUSION OF PERSONS WITH DISABILITIES

Mara Silvia Pasian¹

Leonardo Pauluci²

Aline de Sousa Silva³

Cristiane Ferronato Godoy⁴

Tony Ely de Oliveira Cunha⁵

RESUMO:

O ingresso de pessoas com deficiência nas Instituições de Ensino Superior brasileiras tem crescido de forma significativa nos últimos anos. Este estudo teve como objetivo identificar as barreiras que comprometem a acessibilidade e a permanência de estudantes com deficiência em uma Universidade da região do ABC Paulista, bem como promover a sensibilização da comunidade acadêmica para a inclusão. A pesquisa foi desenvolvida como uma ação de extensão universitária, com abordagem qualitativa e uso da matriz SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats) como instrumento de diagnóstico institucional. Os resultados indicam avanços estruturais e iniciativas de apoio, mas também revelam fragilidades internas e ameaças externas que exigem atenção. Espera-se que os achados contribuam para fortalecer políticas institucionais inclusivas, em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Acessibilidade; Ensino Superior

ABSTRACT:

The enrollment of people with disabilities in Brazilian Higher Education Institutions has significantly increased in recent years. This study aimed to identify the barriers that compromise accessibility and the retention of students with disabilities at a university in the ABC Paulista region, as well as to promote awareness within the academic community regarding inclusion.

¹ Profa. Dra.do Centro Universitário Fundação Santo André. Doutora em Psicologia. e-mail: mara.pasian@fsa.br

² Graduando em Psicologia Centro Universitário Fundação Santo André curso de Psicologia; Av. Príncipe de Gales 821, Santo André, SP, 09060-650 · (11) 4979-3300, e-mail: leonardo.pauluci.fsa.br

³ Graduanda em Psicologia Centro Universitário Fundação Santo André curso de Psicologia; Av. Príncipe de Gales 821, Santo André, SP, 09060-650 · (11) 4979-3300, e-mail: aline.silva@fsa.br

⁴ Graduanda em Psicologia Centro Universitário Fundação Santo André curso de Psicologia; Av. Príncipe de Gales 821, Santo André, SP, 09060-650 · (11) 4979-3300, e-mail: cferronato@hotmail.com

⁵ Doutor em Psicologia; Centro Universitário Fundação Santo André curso de Psicologia; Av. Príncipe de Gales 821, Santo André, SP, 09060-650 · (11) 4979-3300, e-mail: tony.cunha@fsa.br

The research was carried out as a university extension project, using a qualitative approach and the SWOT matrix (Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats) as a tool for institutional diagnosis. The results indicate structural advances and support initiatives but also reveal internal weaknesses and external threats that require attention. It is expected that the findings will contribute to strengthening inclusive institutional policies, in accordance with the Brazilian Law for the Inclusion of People with Disabilities.

Keywords: Inclusion. Accessibility. University.

INTRODUÇÃO

Com o incentivo e medidas legais para inclusão em todos os níveis do ensino, o número de matrículas do Público Alvo da Educação Especial (PAEE) no Ensino Superior teve expressivo aumento na realidade brasileira nos últimos anos. Os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira relatam aumento significativo do número de alunos PAEE matriculados nas universidades brasileiras, no ano de 2022 foram 79.302 (Brasil, 2023).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) compreende a educação especial como uma modalidade transversal de ensino, presente desde a Educação Infantil até a Educação Superior. Essa política orienta os sistemas de ensino a assegurarem a inclusão escolar dos estudantes que compõem o Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), garantindo-lhes o acesso ao ensino regular, à aprendizagem e à continuidade nos níveis mais elevados de ensino (Brasil, 2008; Batista et al.). Pode ser verificado de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) que:

(...) considera-se alunos com deficiência aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia, distorgrafia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros (Brasil, 2008, p.15).

O número de matrículas de alunos no ensino superior de estudantes com deficiência tem crescido de acordo com o Censo Superior da Educação de 2018. Dados mostram que 6,2% da

população brasileira têm algum tipo de deficiência, considerando as deficiências auditiva, visual, física e intelectual, no entanto, o número de estudantes com deficiência nas universidades ainda são poucos, não representam nem 1% dos inseridos nas universidades (INEP, 2022).

De acordo com a legislação brasileira todos têm direito à educação, como consta na Constituição Federal, a qual estabelece que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, Artigo 205). Definido, portanto, que é direito de todos os alunos o acesso ao ensino superior, incluindo as pessoas com deficiência. A Lei No – 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 reafirma em seu parágrafo 1º que todas as pessoas com deficiência, têm direito de forma igualitária:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Isso implica que todos tenham direito à acessibilidade em todos ambientes físicos e de aprendizagem, desde o transporte para mobilidade até as condições sociais e de conduta. Destaca-se que a acessibilidade envolve aspectos arquitetônicos como transporte, edificações e mobiliários, assim como comunicação (informações em áudio e visual) e também os sistemas de tecnologia da informação para que todas as pessoas tenham direito à educação (Brasil, 2015; Silva, 2021)

A inclusão vai muito além da entrada do aluno na universidade, como relatado no projeto incluir “a educação brasileira vive um intenso processo de transformação, motivado pela concepção da educação inclusiva, compreendido, muito além do acesso efetivado por meio da matrícula” (Brasil, 2013, p. 13). O capítulo IV da lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 relata que os sistemas educacionais devem ser aprimorados para “garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena” (Brasil, II Art. 28, 2015).

As barreiras são o impedimento para que todos possam ter acesso para ingresso, mas também permanência no ensino. Conforme a Lei 13.146/2015, há seis tipos de barreiras descritas que afetam a acessibilidades das pessoas com deficiência: as barreiras urbanísticas,

existentes em vias e espaços de uso coletivo; as arquitetônicas, encontradas em edifícios; aquelas presentes nos meios de transportes; as de comunicação e informação; as atitudinais, que dizem respeito a atitudes e comportamentos; e as barreiras que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias. De acordo com a legislação brasileira (Brasil, 2015, Art. IV):

IV – Barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias.

Uma medida importante para a estruturação e atendimento aos alunos universitários PAEE foi a criação do Programa Incluir em 2005 - acessibilidade na educação superior é executado por meio da parceria entre a Secretaria de Educação Superior - SESu e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI para atuar principalmente nos Institutos Federais de Educação Superior (IFES) com políticas institucionais de acessibilidade para o pleno desenvolvimento acadêmico de estudantes com alguma deficiência (Brasil, 2013; Ciantelli, Leite, 2016). O Programa tem a finalidade de:

(...) fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na

comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade (Brasil, 2013, P3).

O artigo de Oliveira, Melo e Medina (2021) que relata sobre a acessibilidade no ensino superior na Universidade Federal de Tocantins mostra que não é fácil essa realidade em várias situações como o ambiente social, educacional, cultural, político e econômico. Os autores destacam que:

Entretanto deve ser cada vez mais abrangente e apreciado, progressivamente pela sociedade e governos. Embora ainda precisem realizar muitas transformações para se alcançar os ideais esperados para a pessoa com deficiência no ambiente universitário. Esse panorama é visualizado como medidas, já que serve como instrumento de garantia de direitos e inclusão social. Sendo definido de ação afirmativa (Oliveira; Melo; Medina, 2021, p.269).

A Lei o Artigo 27 relata que os sistemas educacionais devem ser aprimorados para “garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena” (Brasil, II Art. 28, 2015). No artigo 27:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015, Cap. IV, Art.27).

A lei reflete a necessidade de trabalhos para averiguar e propor medidas de acessibilidade e orientação para os profissionais envolvidos em todos os níveis de ensino, desde a pré-escola até a universidade. Nesse trabalho o foco foi no Ensino Superior, pois para além do acesso que ainda é baixo quando reflete o número de pessoas com deficiência nas universidades (INEP, 2022), é preciso verificar e garantir a permanência e condições de equidade para seu pleno desenvolvimento acadêmico.

Portanto é importante indagar como está sendo o acesso e a permanência dos alunos com deficiência no ensino superior? Quais as barreiras existentes e as que estão sendo derrubadas? Existe acessibilidade com o aluno PcD dentro do ambiente do Ensino Superior?

Torna-se necessário conhecer as barreiras que podem afetar a acessibilidade e também a permanência das pessoas com deficiência no ensino superior, esse trabalho teve a intenção de

conhecer essa realidade, dentro do cenário de uma faculdade particular, com o intuito de propor sensibilização e propostas de melhoria para acessibilidade de todos.

O objetivo deste trabalho foi identificar o nível de acessibilidade oferecido às pessoas com deficiência em uma faculdade localizada na região do ABC paulista, com ênfase no grau de conhecimento sobre esse tema entre os profissionais da instituição, incluindo professores, funcionários administrativos, prestadores de serviços da cantina e do restaurante, além da equipe de limpeza. A partir disso, foram analisados os pontos fortes e fracos da instituição, bem como as oportunidades e ameaças, por meio da aplicação da matriz SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats), com vistas à elaboração de orientações e propostas para futuros projetos de melhoria na área da acessibilidade.

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido como uma ação de extensão universitária realizada em uma instituição de ensino superior localizada na região do ABC paulista. A proposta teve como finalidade levantar problemáticas sociais relacionadas à acessibilidade de pessoas com deficiência (PCD), por meio de uma abordagem educativa, científica, cultural, tecnológica e voltada aos direitos humanos, à justiça social, ao meio ambiente e à saúde, visando à melhoria da qualidade de vida da comunidade acadêmica. A pesquisa possui caráter qualitativo, exploratório e descritivo, com foco na análise de percepções e práticas institucionais relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência. Inicialmente, foi realizado um levantamento da situação atual da instituição, no que diz respeito às condições de acesso e permanência de estudantes com deficiência.

A coleta de dados se deu por meio da aplicação de um questionário com perguntas objetivas, destinado a funcionários e alunos, a fim de compreender o nível de conhecimento e sensibilidade sobre o tema da acessibilidade. Treze colaboradores foram abordados, porém cinco recusaram-se a responder. Assim, o número final de respondentes foi de oito participantes.

Também foi realizada uma entrevista com docente responsável por um núcleo de apoio Psicossocioeducativo, setor da instituição voltado à assistência de estudantes com deficiência. O NAPSI, criado em 2022, oferece suporte psicopedagógico aos discentes de todos os cursos da universidade, além de orientar professores, funcionários e gestores quanto às práticas inclusivas.

A instituição de ensino superior onde foi realizada a pesquisa apresenta uma estrutura arquitetônica composta por múltiplos prédios, destinados às diferentes áreas do conhecimento, todos equipados com salas de aula, laboratórios, banheiros, cantinas e espaços administrativos com grande número de alunos e funcionários circulando diariamente. Durante as visitas in loco e as etapas de observação direta, foram identificadas diversas barreiras arquitetônicas que comprometem a mobilidade e a permanência de pessoas com deficiência física, visual ou com mobilidade reduzida. Essas observações foram realizadas em diferentes turnos, para captar possíveis variações de circulação e uso dos espaços. Também foi utilizado um checklist técnico de acessibilidade arquitetônica, baseado nas diretrizes da NBR 9050/2015, norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que estabelece os parâmetros técnicos para o projeto de ambientes acessíveis.

As informações obtidas por meio da observação foram trianguladas com os dados coletados por meio dos questionários aplicados aos diversos segmentos da comunidade acadêmica, permitindo uma análise mais ampla e fundamentada sobre os desafios de acessibilidade enfrentados pelos usuários do prédio em questão. Todos os participantes responderam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que explica sobre sua colaboração na pesquisa, sigilo de sua identidade e escolha livre para participar ou não, assim como desistir caso queira em qualquer momento.

ANÁLISE DE DADOS

Para a análise dos dados obtidos, foi utilizada a ferramenta SWOT, um instrumento de apoio à tomada de decisão estratégica. A sigla é um acrônimo dos termos em inglês Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças). Essa metodologia foi desenvolvida por Albert Humphrey, entre as décadas de 1960 e 1970, no Stanford Research Institute, com o objetivo de identificar, de maneira estruturada, os fatores internos e externos que influenciam o desempenho de uma organização. A análise SWOT permite avaliar como a instituição está preparada para enfrentar desafios e aproveitar oportunidades, especialmente no contexto da inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência no ensino superior. A aplicação da ferramenta foi dividida em duas dimensões principais:

A Análise dessa proposta se deu com foco nas características internas e externas da organização que contemplou:

1. Forças (Strengths): características internas que fazem a organização se destacar e que favorecem sua atuação em prol da acessibilidade, oferecendo vantagens institucionais, como políticas inclusivas em desenvolvimento ou iniciativas isoladas de inclusão.
2. Fraquezas (Weaknesses): limitações internas, como ausência de infraestrutura acessível, desconhecimento dos funcionários sobre o tema ou falta de capacitação, que precisam ser superadas a curto ou médio prazo.
3. Oportunidades (Opportunities): elementos do ambiente externo que podem contribuir para a melhoria da acessibilidade, como novas legislações inclusivas, editais de fomento à inclusão, apoio de ONGs, convênios com instituições especializadas ou crescimento da pauta nos meios acadêmicos e sociais.
4. Ameaças (Threats): fatores externos que dificultam ou podem dificultar a promoção da acessibilidade, como escassez de recursos públicos, resistência institucional à mudança, cortes orçamentários ou ausência de políticas públicas consistentes.

Segundo Chiavenato e Sapiro (2023, p. 129), “a matriz SWOT proporciona uma análise estratégica que permite perceber como a organização pode lidar com tendências, oportunidades, coações e ameaças provenientes do ambiente externo, utilizando suas fortalezas”.

RESULTADOS

Os dados desta pesquisa foram organizados com base em duas fontes principais: a entrevista com a responsável pelo setor de apoio aos estudantes com deficiência e os questionários aplicados a funcionários da instituição. A sistematização foi realizada com recursos dos quadrantes da matriz SWOT, possibilitando identificar as potencialidades e fragilidades internas da universidade, bem como as oportunidades e ameaças presentes no contexto externo, no que diz respeito à acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência.

Em relação às políticas institucionais de acessibilidade, a entrevistada destacou que contam com a existência de um Centro Operacional de Adaptação Estrutural com projeto de acessibilidade estrutural, com prioridade de execução nas áreas externas da universidade e, posteriormente, nas áreas internas. As estruturas adaptadas são asfaltos, rampas e tapetes táteis.

No prédio onde ocorrem os cursos de Ciências Humanas, a ausência de elevador foi justificada pelo fato do prédio contar com salas no térreo, que possibilita o acesso de cadeirantes às aulas.

Quanto à acessibilidade dos espaços físicos, a instituição realiza adaptações individualizadas, conforme as necessidades específicas de cada estudante. Há um fluxo estabelecido para solicitação de adaptações independentemente se o solicitante possui laudo médico. Após triagem, é elaborado um plano de estudos adaptado, em casos de deficiência física ou baixa visão, por exemplo, os alunos podem utilizar tablets pessoais ou computadores dos laboratórios para realização de provas e atividades. No entanto, em geral, os alunos com deficiência já chegam à instituição portando seus próprios recursos de suporte.

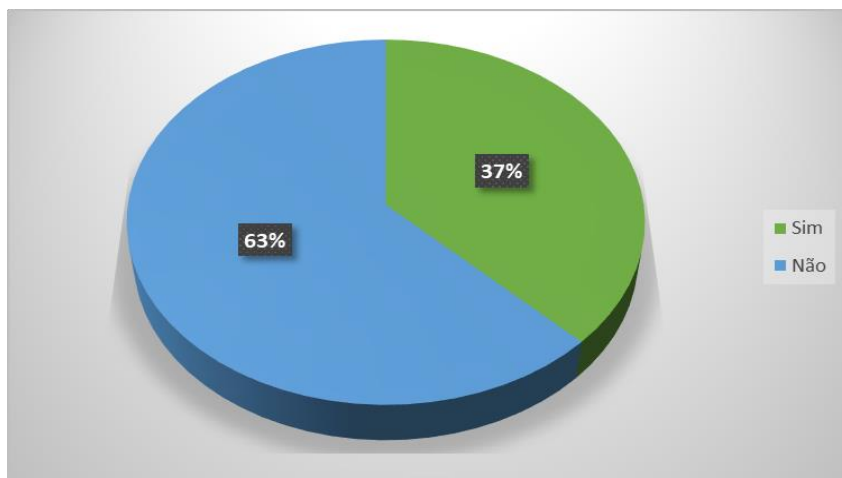
No que diz respeito à capacitação de professores e funcionários, a universidade promove cursos sobre inclusão e acessibilidade para docentes e servidores da secretaria. Com conteúdos teóricos e atividades práticas de sensibilização. A instituição tem investido na divulgação desse apoio para que os alunos com deficiência possam entrar em contato com o núcleo de forma discreta e sem exposição pública.

Atualmente, a universidade conta com alunos pertencentes ao Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), incluindo estudantes com Transtorno do Espectro Autista (nível 1 de suporte), baixa visão, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e deficiência física (motora). Não há, no momento, estudantes com cegueira, surdez ou cadeirantes.

Os professores são orientados para oferecer adaptações em avaliações, como tempo adicional para alunos com TDAH e provas diferenciadas para estudantes com deficiência visual ou física, que podem usar seus tablets para fazer a prova ou utilizar o laboratório. Um exemplo dessa realidade é um aluno com deficiência motora no curso de Arquitetura, que tem suas provas de desenho adaptadas: o professor elabora o desenho e ele realiza apenas a identificação e nomeação dos elementos. Alunos com autismo podem realizar provas em sala separada, para minimizar distrações.

A seguir será apresentado os dados obtidos através dos questionários aplicados para funcionários da instituição. A figura 1 aborda sobre a realidade vivenciada por esses funcionários sobre o tema relativo a treinamento para atendimento com PCD.

Figura 1: Treinamento para as PCD



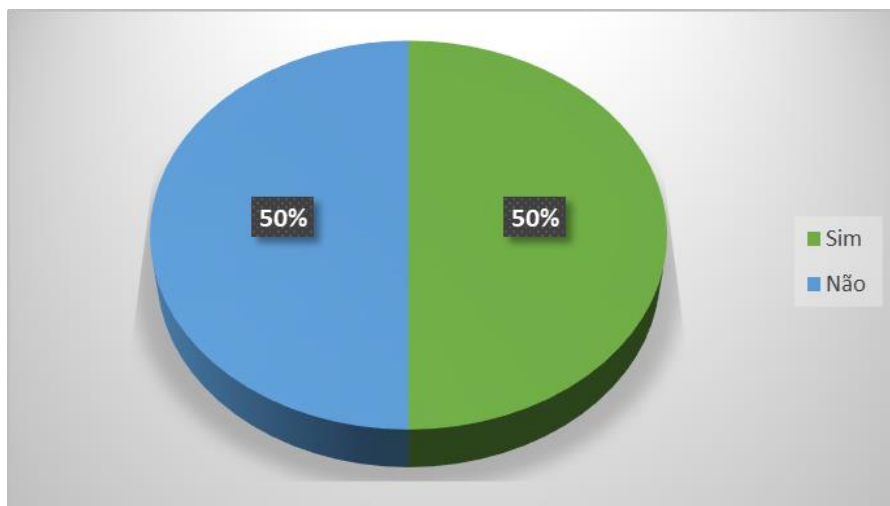
Fonte: dos autores

Observa-se na Figura 1 que a maioria dos respondentes, 63% dos funcionários da instituição afirmaram não ter recebido treinamento sobre atendimento a pessoas com deficiência. Isso revela uma fragilidade interna importante, considerando que a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) estabelece, em seu Art. 28, a necessidade de capacitação dos profissionais para promover acessibilidade plena.

Esse dado também está alinhado com o que foi identificado na introdução do artigo, quando se apontam as barreiras atitudinais e informacionais como entraves recorrentes ao processo de inclusão (Brasil, 2015). A falta de formação pode contribuir para a manutenção dessas barreiras, o que compromete o direito ao acesso e à permanência dos alunos com deficiência nas Instituições de Ensino Superior (Brasil, 2008; Oliveira et al., 2021)."

Um dado positivo mostrou que 37% dos respondentes afirmaram já ter participado de algum tipo de treinamento voltado ao atendimento de pessoas com deficiência. Esse aspecto merece ser aprofundado em estudos futuros, a fim de compreender a natureza dessas capacitações, seus conteúdos, metodologias e impactos na prática profissional. Em seguida, a Figura 2 procurou conhecer sobre sentirem-se confortáveis ao fazer algum atendimento para as PCD.

Figura 2: Sobre atendimento para as PCD



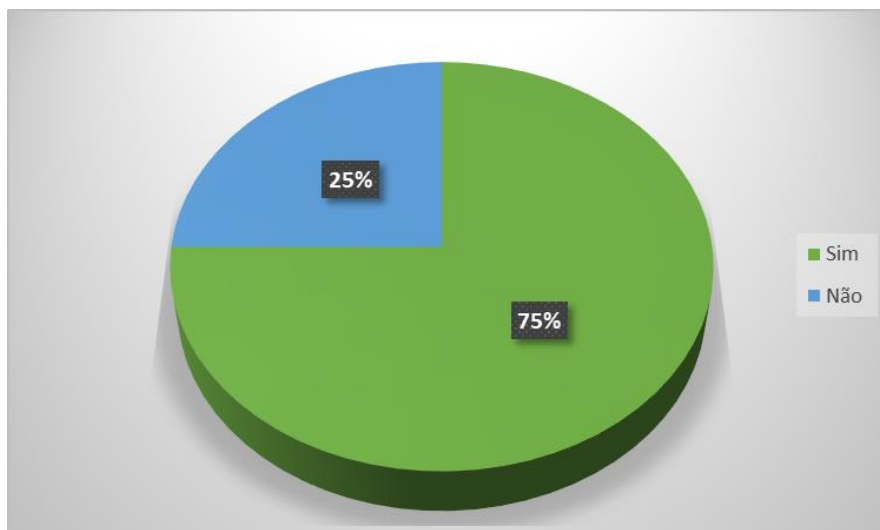
Fonte: dos autores

De acordo com a Figura 2, quanto à questão se sentiam-se confortáveis em realizar esse possível atendimento, o resultado foi dividido, metade dos questionados afirmaram que se sentiriam à vontade em realizar o atendimento às pessoas com deficiência.

A Figura 2 revela um empate nas respostas: 50% dos funcionários afirmaram sentirem-se confortáveis para atender PCD, enquanto a outra metade não. Esse dado reflete insegurança e lacunas de preparo emocional e técnico. A ausência de segurança no atendimento pode ser uma barreira atitudinal (Brasil, 2015), que interfere diretamente na qualidade das interações e no sentimento de pertencimento do aluno com deficiência. Como já alertado na introdução do artigo já sinalizava que a inclusão vai muito além do acesso, envolvendo a permanência e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes (BRASIL, 2013). Portanto, mais do que medidas estruturais, é necessário fomentar processos de sensibilização e formação continuada, como recomenda o Programa Incluir (Brasil, 2013).

A seguinte questão, representada na Figura 3, mostra os resultados da questão que investigou se os funcionários saberiam identificar o setor ou a pessoa responsável a quem recorrer em caso de dúvidas durante o atendimento a pessoas com deficiência.

Figura 3: Indicação ao setor responsável

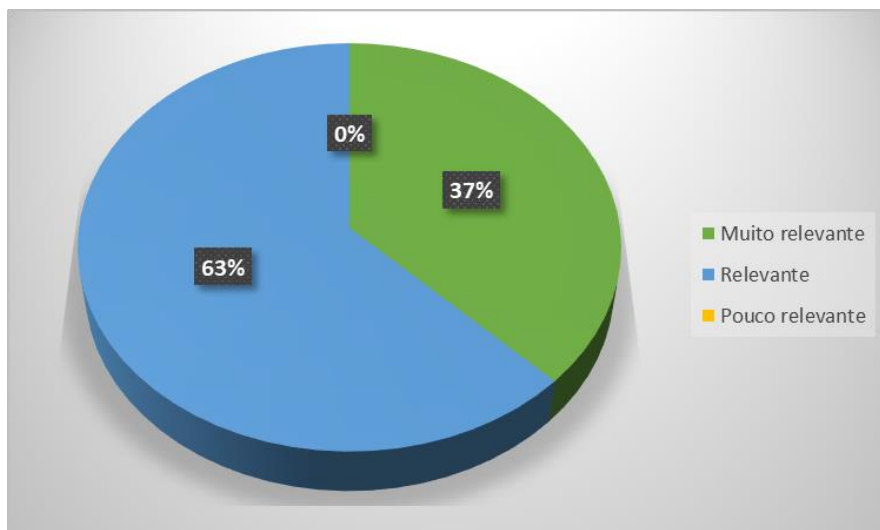


Fonte: dos autores

Já na Figura 3, é possível observar um dado mais positivo: 75% dos funcionários afirmaram saber a quem recorrer em caso de dúvidas sobre o atendimento a PCD. Esse é um ponto de força, conforme a matriz SWOT, e mostra que a existência do Núcleo de Apoio Psicossocioeducativo (NAPSI) está sendo reconhecida e acessada. A estruturação de núcleos especializados, como o NAPSI, foi prevista no Programa Incluir (Brasil, 2013) como uma medida fundamental para viabilizar a inclusão nas universidades. Esse dado reforça a importância de investir na divulgação e no fortalecimento de tais setores, para garantir suporte contínuo a toda a comunidade acadêmica

Outra questão teve como objetivo verificar a percepção dos entrevistados sobre a relevância do atendimento a pessoas com deficiência (PCD) na instituição. Os participantes puderam classificar esse atendimento como pouco relevante, relevante ou muito relevante. Os resultados estão apresentados na Figura 4

Figura 4: A relevância do atendimento a pessoas com deficiência



Fonte: dos autores

A análise dos dados da Figura 4 revela que a maioria dos respondentes reconhece a importância do atendimento a PCD como algo relevante ou muito relevante, o que demonstra uma postura favorável à inclusão no ambiente universitário. Esse reconhecimento é fundamental, pois, conforme destacado anteriormente, a inclusão no ensino superior exige não apenas adequações estruturais, mas também comprometimento institucional e engajamento de toda a comunidade acadêmica (BRASIL, 2008; OLIVEIRA et al., 2021). A valorização do tema por parte dos colaboradores pode ser considerada uma oportunidade estratégica para ampliar ações formativas e políticas institucionais voltadas à acessibilidade. Como relata Pasian (2020): “A educação para todos evidencia-se nas políticas públicas atuais, que vem investindo para que isso ocorra, mas ainda é um grande desafio, que se configura além da matrícula na escola, mas em oferecer uma educação de qualidade”.

Análise Institucional por Meio da Matriz SWOT: Forças, Fragilidades, Potencialidades e Desafios

A seguir, apresenta-se um panorama da análise realizada com base na ferramenta SWOT, a qual permitiu identificar aspectos internos (forças e fraquezas) e externos (oportunidades e ameaças) que influenciam a acessibilidade de pessoas com deficiência (PCD) na instituição investigada. Usando essa abordagem, foi possível chegar às seguintes conclusões sobre as forças e fraquezas relativas às ações internas da instituição, bem como às oportunidades e ameaças relacionadas ao contexto mais amplo da inclusão do público PCD.

Destaca-se que a Instituição de Ensino Superior (IES) possui um setor responsável por atender às demandas dos alunos com deficiência, o Núcleo de Apoio Psicossocioeducativo (NAPSI), que atua de maneira proativa, estendendo seu apoio não apenas aos discentes

matriculados com deficiência, mas também à comunidade acadêmica como um todo. Esse núcleo foi o principal ponto de referência utilizado neste estudo para avaliar os projetos e iniciativas institucionais voltados à acessibilidade.

Entre as forças, observa-se:

- Atendimento a demanda logística da PCD
- Acessibilidade à PCD desde o vestibular até o final do curso
- Capacitação dos funcionários para o atendimento a PCD
- Capacitação com material teórico e prático
- Elaboração de projetos de infraestrutura para melhoria de acessibilidade a PCD
- Tecnologias e equipamentos para adequação das aulas a PCD
- Procedimentos de aulas e provas adaptadas a PCD
- Programas de sensibilização e conscientização a alunos e funcionários

No trabalho realizado pode-se notar um conjunto de ações que está em consonância com os princípios estabelecidos na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), especialmente quanto à garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem (BRASIL, 2015, Art. 28). O atendimento à demanda logística, a elaboração de projetos de infraestrutura, a presença de tecnologias assistivas e a adaptação de avaliações demonstram que a instituição tem buscado respeitar o direito à equidade educacional. Além disso, os programas de sensibilização promovem uma mudança cultural essencial para combater barreiras atitudinais, como defendido pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

FRAQUEZAS

- Setor iniciado a pouco tempo
- Poucos funcionários passaram pela capacitação
- Funcionários terceirizados não participam do treinamento
- Prestadores de serviços não participam do treinamento

Contudo, também foram identificadas fraquezas internas que merecem atenção. O fato de o setor ter sido implantado recentemente e de poucos funcionários terem sido capacitados, especialmente os terceirizados e prestadores de serviço, revela uma fragilidade institucional que pode comprometer a efetividade das políticas inclusivas. Isso reforça a observação feita por Oliveira, Melo e Medina (2021), segundo os quais ainda há grandes desafios no que se refere à consolidação de práticas inclusivas no ensino superior, principalmente em relação à capacitação ampla e contínua dos profissionais.

OPORTUNIDADES

- Déficit na cidade de IES para atendimento da população de PCD
- Funcionários entendem a importância do tema

No campo das oportunidades, destaca-se o déficit regional de instituições que ofereçam condições adequadas de acessibilidade à população PCD, o que pode posicionar estrategicamente a IES como referência na área, caso invista no aprimoramento de suas práticas. Soma-se a isso a receptividade dos funcionários quanto à importância da inclusão, identificada tanto nos questionários quanto na entrevista, o que pode ser um ponto de partida relevante para ações formativas contínuas e engajamento institucional mais amplo.

Essa análise reforça a necessidade de que as ações de inclusão não se limitem ao cumprimento formal de leis, mas avancem no sentido de promover uma cultura institucional verdadeiramente comprometida com a diversidade e os direitos humanos, conforme recomenda o Programa Incluir (BRASIL, 2013) e defendem diversos autores como (BATISTA et al., 2024; PAIVA; GESSER, 2023; OLIVEIRA et al, 2021; PASIAN, 2020).

Apesar das forças e oportunidades identificadas, a análise também evidenciou ameaças externas que podem comprometer o avanço da inclusão na instituição. Um dos principais desafios é a falta de políticas públicas consistentes e contínuas, o que muitas vezes gera insegurança institucional, especialmente em instituições privadas, que dependem de recursos próprios para implementar ações de acessibilidade. Além disso, cortes orçamentários e prioridades políticas instáveis em relação à educação inclusiva dificultam a manutenção de programas estruturais de longo prazo.

Outro fator preocupante é a resistência cultural à mudança, ainda presente em diversos setores da sociedade e, por vezes, também no contexto universitário. Essa resistência se expressa por meio de atitudes capacitistas ou da banalização das necessidades específicas dos estudantes com deficiência, como apontam autores como Oliveira, Melo e Medina (2021). Mesmo quando as instituições se mostram formalmente abertas à inclusão, a falta de engajamento coletivo pode gerar obstáculos sutis, mas significativos, à participação plena desses alunos.

Cabe destacar que, segundo a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), a promoção da acessibilidade deve ser um compromisso compartilhado entre Estado, instituições e sociedade. No entanto, quando esse compromisso não é efetivado, a consequência é a reprodução de barreiras estruturais, atitudinais, tecnológicas e comunicacionais que comprometem diretamente os direitos educacionais das pessoas com deficiência.

Dessa forma, é essencial que as instituições de ensino superior estejam preparadas não apenas para responder às demandas atuais, mas para antecipar e resistir a ameaças futuras, por meio da consolidação de uma política institucional robusta, integrada e alinhada às diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior ainda representa um desafio significativo para as instituições educacionais brasileiras. Os dados levantados neste estudo revelam importantes avanços, como a existência de um núcleo institucional voltado ao apoio psicossocioeducativo, ações de adaptação pedagógica e projetos de infraestrutura. Esses elementos compõem um conjunto de forças internas que sinalizam o comprometimento da instituição com a acessibilidade e com a promoção de um ambiente mais inclusivo. No entanto, as fraquezas identificadas, como a ausência de capacitação universal dos funcionários e a exclusão de terceirizados e prestadores de serviços das formações, indicam que ainda há um longo caminho a percorrer.

Do ponto de vista das políticas públicas, destaca-se que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) compreende a educação especial como uma modalidade transversal, presente desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Essa política orienta os sistemas de ensino a assegurarem a inclusão escolar dos estudantes que compõem o Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), garantindo-lhes acesso ao ensino regular, à aprendizagem e à continuidade nos níveis mais elevados (Brasil, 2008; Batista et al.). Pode-se verificar, à luz dessa política, que os esforços da instituição analisada caminham em direção ao cumprimento dessas diretrizes, embora ainda com limitações estruturais e formativas a serem superadas.

Os resultados obtidos por meio da matriz SWOT mostraram que a valorização da inclusão pelos funcionários, aliada ao contexto regional de escassez de IES acessíveis, pode representar oportunidades estratégicas para ampliar o alcance e o impacto das ações inclusivas. Por outro lado, fatores como a recente implementação do setor de apoio e a falta de políticas públicas mais robustas continuam configurando ameaças concretas à consolidação de uma cultura inclusiva sustentável.

Portanto, conclui-se que a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior não deve se limitar à garantia do acesso, mas precisa envolver ações articuladas de permanência, participação ativa e aprendizagem significativa, conforme estabelece a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015). A transformação institucional exige um olhar comprometido com os

direitos humanos, com a diversidade e com a justiça social, o que só será possível por meio de formação contínua, planejamento estratégico e escuta ativa de toda a comunidade acadêmica, incluindo os próprios estudantes com deficiência.

REFERÊNCIAS

BATISTA, L. S.; CHIPARI, M.; BENITEZ, P.; PASIAN, M. S.; FONSECA, F. F. Estratégias avaliativas de comportamento talentoso e intervenções educacionais inclusivas. *Revista Psicopedagogia*, v. 41, p. 382-396, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Censo da Educação Superior 2022. Brasília: MEC/INEP, 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação In Loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Documento orientador: Programa Incluir – Acessibilidade na educação superior. Brasília, DF: SECADI/SESu, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CIANTELLI, A. P. C.; LEITE, L. P. Ações exercidas pelos núcleos de acessibilidade nas universidades federais. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 22, n. 3, p. 413-428, 2016.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. Planejamento estratégico: a nova jornada da intenção aos resultados: entendendo como as organizações chegam aonde elas querem chegar. 5. ed. Barueri, SP: Atlas, 2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar 2018. Brasília: MEC, 2022.

OLIVEIRA, Marja D. P. B.; MELO, José W. R.; OLIVEIRA, Patrícia O. Acessibilidade no ensino superior: políticas públicas para pessoas com deficiência na UFT. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 8, n. 54, p. 266-276, 2021.

PAIVA, J. C. M.; GESSER, M. Acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior: participação na academia científica como forma de ativismo político. *Revista Educação e Políticas em Debate*, [S.l.], v. 12, n. 3, p. 1117–1131, 2023. DOI: 10.14393/REPOED-v12n3a2023-68502.

PASIAN, M. S. Alunos com altas habilidades/superdotação na educação especial: terminologia e origem. FUCAMP Cadernos, v. 19, p. 48-55, 2020.

SILVA, Sidney Pessoa Madruga. Pessoas com deficiência e direitos humanos: ótica da diferença e ações afirmativas. São Paulo: Editora Saraiva, 2021.